

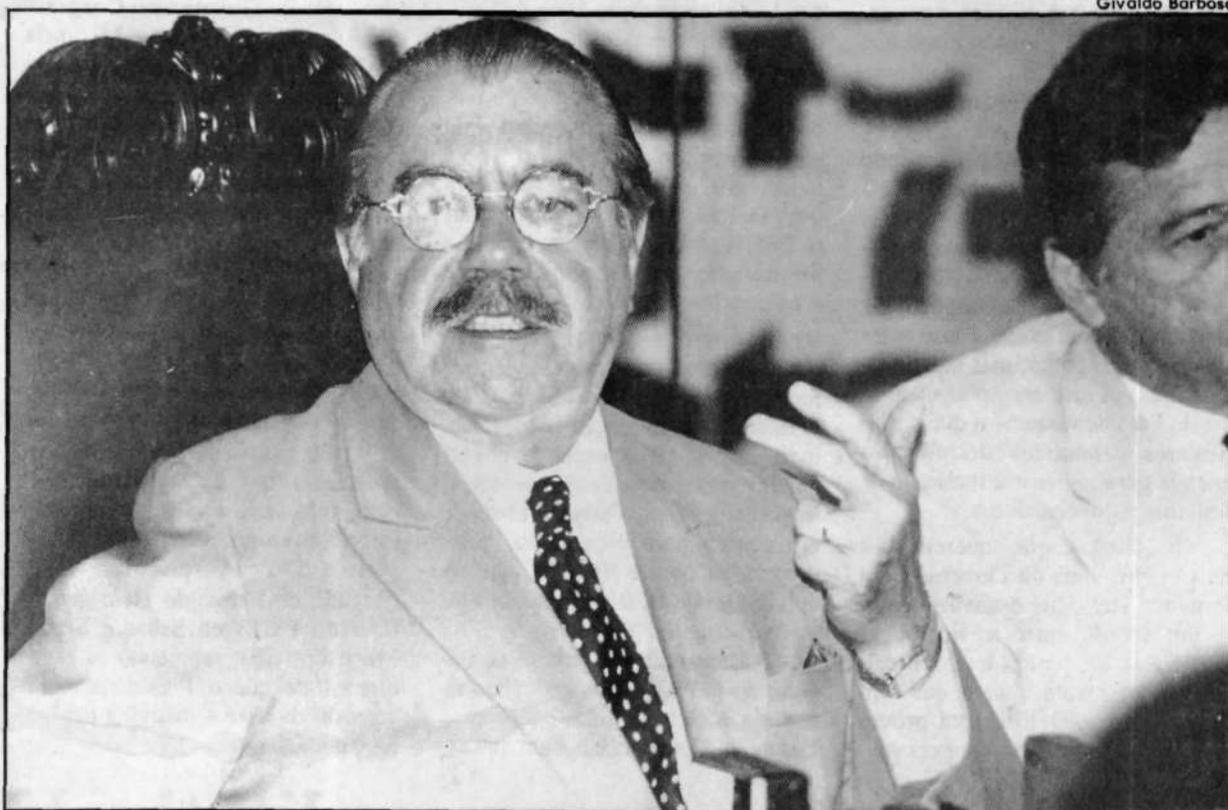
Sarney diz que Cardoso deve ao Congresso sucesso do seu governo

Givaldo Barbosa

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), creditou ontem ao Congresso o sucesso dos primeiros seis meses do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo ele, o Governo obteve do Congresso no primeiro semestre "a base e os instrumentos de governabilidade" que lhe dá suporte para tomar decisões. "Foi o reencontro do País com a base de governabilidade, que é a base da política", disse, ao fazer um balanço das atividades da Casa. O presidente do Senado afirmou também que o Congresso tem sido prejudicado pelo excesso de medidas provisórias e recomendou cautela na apreciação da reforma da Previdência, segundo ele não tão urgente como as reformas econômicas.

Para José Sarney, o Brasil tomou consciência de que o Governo não é somente o Executivo, mas sim o Poder Legislativo, "que está cumprindo sua parcela de governabilidade". Sarney ressaltou que a democracia só funciona quando o Legislativo, Executivo e Judiciário dividem a responsabilidade do Governo. "O Congresso deu ao País o suporte que precisa para enfrentar seus problemas", destacou. "Isso é um fato novo no Brasil".

Estabilidade — Sarney referiu-se ao presidente Fernando Henrique poucas vezes na entrevista, e evitou elogiá-lo mesmo quando reiterou seu apoio ao Plano Real. De acordo com o senador, o Presidente acertou ao dizer, no período em que ocupava o cargo de ministro da Fazenda, que "o problema do País é um problema político" e, agora, ao respeitar a independência e a har-



Ao fazer balanço do primeiro semestre, Sarney disse que o Congresso "é o suporte da governabilidade"

monia dos poderes Legislativo e Executivo. "Saímos da fase da política como instrumento de ação predatória, para dar estabilidade ao Governo", defendeu. "Ninguém mais pode debitar ao Congresso o fato de falhar na aprovação de matérias necessárias ao Governo do País".

O senador disse que o Presidente da República sabe, "porque foi congressista", que o Congresso tem tido suas funções e atribuições prejudicadas pelo uso excessivo de medidas provisórias. Destacou que

os parlamentares compreendem a necessidade de resolvê-lo o mais breve possível. Sarney defende que as MPs só devem ser utilizadas na adoção de medidas econômicas, ou relacionadas ao meio ambiente e defesa civil, para não criar conflito com as atribuições do Legislativo.

Segundo o senador, é preciso cautela na apreciação da reforma da Previdência, frisando que o setor não tem o caráter de urgência das modificações na Ordem Econômica da Constituição. Ele alegou que as

alterações na Previdência Social interessam a praticamente todos os cidadãos e, portanto, devem ser feitas com extrema precaução. Para Sarney, o Congresso deve se ocupar da reforma política, ao final das modificações que estão sendo feitas na Constituição, para se adaptar ao "espírito de responsabilidade" que a classe política passou a ter nessa fase do País. Ele reiterou seu apoio à adoção do voto distrital, em substituição ao sistema proporcional de hoje, que, segundo ele, remonta ao século XIX.

'A política deixou de ser predatória'

A reforma constitucional deve ser concluída até o final deste ano. A previsão é do presidente do Congresso Nacional, José Sarney (PMDB-AP), para quem esse processo não deve se prolongar de forma indefinida. "A partir da votação das reformas teremos condições para a volta dos investimentos e a retomada do crescimento", afirmou.

Sarney recordou que seu Governo foi marcado por um período de instabilidade, devido principalmente, à realização da Assembleia Constituinte. Por isso, ele defende agora que o processo de mudança na Constituição não dure todo o Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Sarney acredita que o Congresso passou a ser um instrumento de governabilidade do País. "Saímos da fase da política como ação predatória da estabilidade do Governo", afirmou.